

Secretaria de
Estado da
Casa Civil



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
Portaria nº 1069/2024 - CASA CIVIL

[- Revogada pela Portaria nº 1482, de 06/11/2025](#)

~~O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo [Decreto estadual nº 9.375](#), de 2 de janeiro de 2019, com fundamento no [Decreto nº 9.406](#), de 16 de fevereiro de 2019, em atenção ao Termo de Compromisso nº 10/2019/GEAC, firmado entre a CASA CIVIL, a Procuradoria Geral do Estado — PGE e a Controladoria Geral do Estado — CGE, e ainda em consideração ao Processo nº 201900013002364,~~

~~RESOLVE:~~

~~Art. 1º Reformular o Comitê Setorial do Programa de *Compliance* Público para atuar na Secretaria de Estado da Casa Civil — CASA CIVIL.~~

~~Art. 2º Definir os seguintes componentes para o Comitê Setorial de *Compliance* Público da CASA CIVIL:~~

- ~~I — o Secretário de Estado da Casa Civil;~~
- ~~II — o Subsecretário de Legislação e Atos Oficiais;~~
- ~~III — o Chefe de Gabinete;~~
- ~~IV — o Chefe da Comunicação Setorial;~~
- ~~V — o Chefe da Procuradoria Setorial; e~~
- ~~VI — o Superintendente de Gestão Integrada.~~

~~§ 1º O comitê será presidido pelo Secretário de Estado da Casa Civil ou, na ausência dele, pelo Subsecretário de Legislação e Atos Oficiais.~~

~~§ 2º Caberá ao Coordenador do Escritório de *Compliance* convocar e secretariar as reuniões do comitê, com o registro em ata das respectivas pautas e deliberações, bem como~~

monitorar a execução da Política da Gestão de Riscos e fomentar o estímulo à cultura de gestão de riscos na CASA CIVIL.

~~§ 3º O comitê poderá convocar representantes de outras áreas da CASA CIVIL para participarem das reuniões.~~

~~§ 4º O comitê poderá se reunir com o quórum de 50% (cinquenta por cento) de seus integrantes, com a participação obrigatória do Presidente ou de seu substituto.~~

~~§ 5º As decisões do comitê serão tomadas por maioria simples, e, caso haja empate, o voto do Presidente será qualificado.~~

~~§ 6º A função de membro do comitê é indelegável e não remunerada.~~

~~§ 7º O comitê se reunirá, em caráter ordinário, quadrimestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que for necessário, facultada a solicitação de reunião extraordinária a quaisquer membros dele e/ou ao Coordenador do Escritório de *Compliance* da CASA CIVIL.~~

~~Art. 3º Definir o Comitê Setorial do Programa de *Compliance* Público da CASA CIVIL como órgão colegiado de caráter consultivo e permanente para questões relativas ao Programa de *Compliance* Público, que será regido por esta Portaria.~~

~~Art. 4º Estabelecer que o Comitê Setorial do Programa de *Compliance* Público da CASA CIVIL zelará pela implementação dos eixos do Programa de *Compliance* Público, que são:~~

~~I— a estruturação das regras e dos instrumentos referentes aos padrões de ética e de conduta;~~

~~II— o fomento à transparência~~

~~III— a responsabilização; e~~

~~IV— a gestão de riscos.~~

~~Parágrafo único. Primeiramente serão implementadas as ações referentes ao eixo IV do programa, relacionado à gestão de riscos.~~

~~Art. 5º Atribuir ao Comitê Setorial do Programa de *Compliance* Público da CASA CIVIL as seguintes competências:~~

~~I— fomentar as práticas de gestão de riscos;~~

~~II— acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos para garantir a sua eficácia e o cumprimento de seus objetivos;~~

~~III— zelar pelo cumprimento da Política de Gestão de Riscos;~~

~~IV— monitorar a execução da Política de Gestão de Riscos;~~

- ~~V — estimular a cultura de gestão de riscos;~~
- ~~VI — decidir sobre as matérias que forem submetidas para deliberação;~~
- ~~VII — verificar o cumprimento de suas decisões;~~
- ~~VIII — revisar a Política de Gestão de Riscos e aprovar o processo de gestão de riscos;~~
- ~~IX — indicar os proprietários de riscos;~~
- ~~X — estabelecer o Plano de Gestão de Riscos;~~
- ~~XI — fornecer as informações para a Auditoria Baseada em Riscos — ABR;~~
- ~~XII — designar os servidores da unidade responsáveis pelo cumprimento das etapas e pela elaboração dos documentos pertinentes à implantação da gestão de riscos; e~~
- ~~XIII — acompanhar a implementação das ações dos eixos I a III do Programa de Compliance Público.~~

~~Art. 6º Estabelecer para o Presidente do Comitê Setorial do Programa de Compliance Público da CASA CIVIL as seguintes atribuições:~~

- ~~I — presidir as reuniões do comitê;~~
- ~~II — cumprir e fazer cumprir as disposições desta Portaria; e~~
- ~~III — autorizar a apreciação de matérias não incluídas na pauta de reuniões.~~

~~Art. 7º Revogar a Portaria nº 792, de 5 de junho de 2023, da CASA CIVIL.~~

~~Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.~~

EMÍLIA MUNHOZ GAIVA
Secretária de Estado da Casa Civil substituta

~~Documento assinado eletronicamente, em 23/07/2024.~~